

Wilson Vilalba Xavier

Advogado. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Especialista em Direito Público pela Universidade Anhanguera - UNIDERP. Membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM.

Membro da Comissão de Defesa e Assistência das Prerrogativas dos Advogados da OAB/MS. É autor do Livro Código Penal Comentado e suas Interpretações pelos Tribunais (2014).

RESPONSABILIDADE E ABUSO DOS BANCOS

2ª Edição

Contemplar

ISBN: 978-85-63540-70-6

Autor
Wilson Vilalba Xavier

Colaboradores
Eduardo Barbosa de Araújo
Marcos Roberto Bussab
Jocelia Marcimiano da Silva
João Roberto de Toledo
Rafael Nogueira de Lucena

Capa e Diagramação
Aline Vieira Pipino

Revisão Geral
Bruno Lago Pipino
Mario do Carmo Ricalde

Xavier, Wilson Vilalba.

Responsabilidade e Abuso dos Bancos / Wilson Vilalba Xavier. 2ª ed. Campo Grande: Contemplar, 2015.

1. Direito. 2. Civil.
I. Título.

CDD: 340
CDU: 342.15

Todo o conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do autor.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio: eletrônico, mecânico, inclusive por processo xerográfico, sem a devida autorização do Editor (Lei nº 9.610/98). Todos os direitos desta Publicação reservados à


EDITORA
Contemplar

Avenida Ana Rosa Castilho Ocampos, 756 - Jardim Montevideú.

Campo Grande, MS

Telefax: (67) 3029-2315

E-mail: contato@editoracontemplar.com.br

site: www.editoracontemplar.com.br

Sumário

CAPÍTULO 1. RESPONSABILIDADE CIVIL

1. A Responsabilidade Civil das Instituições Financeiras	17
1.1. Introdução	17
1.2. Conceito de Instituição Financeira	18
1.3. Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor	19
1.4. Da Responsabilidade da Instituição Financeira	27
1.5. Competência Judicial e Administrativa	27
1.6. Da Responsabilidade dos Administradores da Instituição Financeira.....	32
2. A Responsabilidade civil das instituições financeiras no relacionamento com seus clientes	37
2.1. Introdução	37
2.2. Responsabilidade civil do banco pelo assalto cometido no caixa eletrônico	38
2.3. Responsabilidade civil do banco pelo não pagamento do convênio médico	41
2.4. Possibilidade de retirada da responsabilidade civil do banco caso o assalto ao motoqueiro seja considerado fato de terceiro	42
2.5. Consequências caso fosse constatada a falta de fundos anterior ao assalto em sua conta	45
2.6. Responsável pela baixa no banco de dados e no cartório de protesto	46
2.7. Disponibilização de cadastro e informações bancárias sem autorização de seu titular	47
2.8. Possibilidade de o banco enviar informações para as empresas de proteção ao crédito	49
2.9. Conclusão	51
3. O Código Civil em Vigor e o Dano Moral	52

CAPÍTULO 2. DOS JUROS

1. Juros no Direito Brasileiro	57
1.1. Breve Histórico	57
2. Conceito	60
3. Classificação	62
4. Juros Remuneratórios	67
5. Julgamento das Questões Idênticas que Caracterizam a Multiplicidade - Art. 543, § 7º do CPC	81
6. Juros de Mora	124
7. Juros Legais	126
8. A Capitalização dos Juros	127

CAPÍTULO 3. CRÉDITO RURAL

1. Objetivos	133
2. Atividades que Podem ser Financiadas pelo Crédito Rural	136
3. Das pessoas que podem usufruir do Crédito Rural	137
4. A contratação de assistência técnica	138
5. Exigências essenciais para concessão de crédito rural	138
6. Garantias necessárias para obtenção de financiamento rural	139
6.1. Do Penhor	139
6.2. Alienação fiduciária	140
6.3. Da Hipoteca	141
6.4. Fiança	141
6.5. Aval	144
6.6. Seguro rural	148
6.7. Proteção de preço futuro da <i>commodity</i> agropecuária	149
7. Despesas sujeitas ao crédito rural	150

8. Classificação dos recursos do crédito rural	153
9. Limites de financiamento	154
10. Taxas efetivas de juros segundo a origem dos recursos aplicados ...	155
11. Financiamentos ao amparo dos Programas com recursos equali- zados pelo Tesouro Nacional junto ao Banco Nacional de Desenvol- vimento Econômico e Social (BNDES)	155
12. Liberação do Crédito Rural	156
13. O Pagamento do Crédito Rural	156
14. Instrumentos Utilizados para a Formalização do Crédito Rural	158
15. Nota Promissória Rural	161
16. Duplicata Rural	165
17. Utilização dos Títulos de Crédito Rural	167
18. A eficácia do crédito rural contra terceiros	167
19. Juros remuneratórios	168
20. Sistema nacional de crédito rural (SNCR)	170
21. Jurisprudências Relacionadas	172
22. Do Crédito de Custeio	176
23. Do Crédito de investimento	180
23.1. Linhas gerais de Crédito	183
23.1.1. Com recursos da parcela obrigatória dos depósitos à vista.....	183
23.1.2. BNDES/FINAME Agrícola	184
23.1.3. BNDES PSI - Bens de Capital	185
23.1.4. BNDES Automático	192
24. "Famílias de programas" BNDES	199
24.1. Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro)	199
24.2. Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra)...	203
24.3. Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (Moderagro)	205

24.4. Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota)	207
24.5. Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop)	208
24.6. Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC)	211
24.7. Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro)	215
24.8. Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) ...	217
24.9. Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais (BNDES Prorenova)	218
25. Do Crédito de Comercialização	219
25.1. Pré-comercialização	220
25.2. Desconto de Duplicata Rural (DR) e de Nota Promissória Rural (NPR)	221
25.3. Financiamento para estocagem de produtos agropecuários	222
25.4. Financiamento de proteção de preços e/ou prêmios de risco de equalização de preços sobre contratos de opção de compra e venda como instrumento de política agrícola	224
25.4.1. Contratos de Opção de Compra	224
25.4.2. Contratos de Opção de Venda	225
25.5. Financiamento para garantia de preços ao produtor (FGPP)	227
26. Do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - Pronamp.....	230

CAPÍTULO 4. DO CHEQUE

1. Definição	235
2. Requisitos Essenciais.....	237
3. Aceite	238
4. Devolução de cheque.....	240
5. Furto ou Roubo de Cheques	247

6. As Novas Regras Trazidas pela Resolução nº 3.972 de 28 de Abril de 2011 (BACEN)	248
7. Consequências para o Correntista que Emitir Cheque sem Fundos ou Sustar Indevidamente o seu Pagamento	250
8. Procedimento do Banco Quando o Cheque Apresentar Valor Numérico Diferente do Valor por Extenso	252
9. Prazos para pagamento de cheques	253
10. Cheque Cruzado	253
11. Obrigação do Fornecimento de Talões de Cheques	253
12. Jurisprudências Relacionadas	254
12.1. Equívoco na compensação de cheque	254
12.2. Cheque Furtado	255
12.3. Inscrição Indevida do CPF como Emitente de Cheques sem Provisão de Fundos	258
12.4. Cheque Devolvido sem Motivo	261
12.5. Subtração de Talonários de Cheques que se Encontram Sobre a Guarda da Instituição Financeira	263
12.6. Contrato de Abertura de Crédito Rotativo (Cheque especial)	263
12.7. Compensação de Cheque Nominal sem Endosso	264
12.8. Cheque - Juros Moratórios e Remuneratórios - Limitação Legal	265
12.9. Compensação de Cheque Prescrito	267
12.10. Cheque Clonado	268
12.11. Cheque Fraudado	268

CAPÍTULO 5. DA PENHORA ON-LINE

1. Conceito	271
2. Origem	273
2.1. Da Nomenclatura: Penhora <i>on-line</i>	275
2.2. Da Natureza Jurídica	276
2.3. Características	277

2.3.1. Da celeridade	278
2.3.2. Da credibilidade	280
2.3.3. Diminuição do valor das custas processuais	281
3. Do procedimento processual. Conclusão.	282

CAPÍTULO 6. CARTÃO DE CRÉDITO

1. Considerações Iniciais	285
2. Conceito	286
3. Tipos de Cartão	287
3.1. Cartão de Débito	288
3.2. Cartão Múltiplo	289
3.3. Cartão Pré-Pago	289
3.4. Cartão de Loja	289
3.5. Cartão Internacional	289
4. Comprovante de Pagamento	290
5. Validade do Cartão	291
6. Contrato de Adesão	291
7. Cláusulas Abusivas	292
8. Jurisprudências Relacionadas	295

CAPÍTULO 7. PENHOR, HIPOTECA E ANTICRESE

1. Linhas gerais do instituto	299
2. Jurisprudências Relacionadas	308

CAPÍTULO 8. LEASING

1. Conceito	313
2. Quitação do <i>Leasing</i> Antes do Término do Contrato	320
3. Jurisprudências Relacionadas	321

CAPÍTULO 9. REVISÃO DOS CONTRATOS BANCÁRIOS

1. Introdução	325
2. Análise crítica à luz da jurisprudência do STJ	326
3. Juros remuneratórios	328
3.1. Conceito	328
3.2. Contextualização evolutiva da limitação da taxa de juros remuneratórios a 1% ao mês e inconstitucionalidade da súmula 596 do STF	328
3.3. Limitação dos juros remuneratórios no Código Civil de 2002	331
4. Configuração da mora	332
5. Juros moratórios e a inscrição e manutenção em cadastro de inadimplentes do devedor	333
6. Revisão contratual "ex officio"	334
7. Jurisprudências Relacionadas	336

CAPÍTULO 10. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1. Inovações Processuais	341
2. Alienação Fiduciária de Bem Imóvel	349
3. Depositário Infiel	354
4. Da ação de busca e apreensão	356
5. Da conversão da ação de busca e apreensão em depósito	359

6. Da execução	360
7. Jurisprudências Relacionadas	361

CAPÍTULO 11. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO

1. Introdução	373
2. Os contratos do SFH anteriores ao CDC sem cobertura pelo FCVS - saldo residual (Lei nº 11.922/09)	375
2.1. A posição do STJ no sentido da aplicabilidade do CDC aos contratos firmados antes da entrada em vigor daquela norma legal	375
2.2. A eficácia mínima de que se devem revestir as normas constitucionais em geral	376
2.3. O FCVS e a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor aos contratos habitacionais que contêm previsão de cobertura por este fundo	378
2.4. A Lei nº 11.922/09 e a possibilidade de refinanciamento dos saldos devedores	379
2.5. Trata-se de novação <i>Ope Legis</i> das dívidas oriundas de contratos anteriores a 05/09/2001?	381
2.6. O art. 5º, parágrafos 2º e 3º da Lei nº 11.922/09 e a possibilidade de aplicação das normas constantes do CDC aos contratos renegociados	382
2.7. Os princípios da boa-fé objetiva e da função social dos contratos.....	384
2.8. Art. 5º da LINDB e o direito social de moradia	388
3. Observações inerentes ao Sistema Financeiro de Habitação	389
4. A vontade do legislador na defesa do princípio da irretroatividade das Leis	391
4.1. Introdução	391
4.2. Consideração de ordem histórica	391
4.3. Análise da votação da MP 513/11 no senado	394
4.4. Da absorção do FESA pelo FCVS	398
4.5. Conclusão	400

CAPÍTULO 12. COBRANÇA INDEVIDA

1. Cobranças de Taxas Indevidas	401
2. Conta salário e a cobrança indevida de tarifas bancárias com posterior anotação no SPC/SERASA	420

CAPÍTULO 13. MODELOS DE AÇÕES

1. Ação de Dano Moral Bancário	429
2. Dano Moral - Inclusão Indevida no (SERASA)	443
3. Dano Moral - Indenização e Obrigação de Fazer por Lançamentos Indevidos em Conta Corrente	451
4. Dano Moral - Indenização por Cheque Devolvido Indevidamente	458
5. Dano Moral - Indenização por Restrição ao Crédito	462
6. Dano Moral - Obrigação de Fazer Cumulada com Ação de Obrigação de Não Fazer, Ação de Danos Morais e Ação de Danos Patrimoniais Contra Administradora de Cartão de Crédito	467
7. Dano Moral - Saques Indevidos - Ação de Indenização por Dano Material c/ Dano Moral	478
8. Ação de Indenização por dano moral (documentos utilizados por estelionatários para abrir conta corrente)	484
9. Ação de danos morais e danos materiais por desconto de cheque fraudado	497
10. Ação de danos morais e danos materiais contra instituição bancária por indevida entrega de talão de cheques para terceiros	507
11. Ação de danos morais, em virtude a constrangimento causado por porta giratória	514
12. Cheque Prescrito - Ação Monitória	521
13. Agiotagem - Contestação - Ação de Cobrança	524
14. Embargos de Terceiro - Ação de Execução Contra Devedores Solventes	530

15. Pedido de Parcelamento de Execução	537
16. Ação Revisional de Encargos Financeiros cumulada com Repetição de Indébito contra Administradora de Cartão de Crédito	538
17. Ação Declaratória de Revisão de Cláusulas Contratuais com Pedido de Restituição de valores e Repetição de Indébito	544
18. Ação de Prestação de Contas Contra Instituição Financeira	558
19. Ação de Consignação em Pagamento c/c Revisão Contratual c/c Exibição de Contrato com Pedido Liminar de Tutela Antecipatória	566
20. Ação de Consignação em Pagamento - (SFH)	589
21. Ação Revisional de Financiamento de Veículo	595
22. Ação Revisional CDC c/c Consignação em Pagamento - Financiamento de Veículo	600
23. Ação de Consignação em Pagamento c/c Revisão Contratual - Financiamento de Veículo	622
24. Ação Declaratória de Quitação de Débito	646
25. Pedido de Suspensão de Busca e Apreensão	652
26. Pedido de Levantamento de Saldo Remanescente de Financiamento	654
27. Contestação à Ação de Busca e Apreensão	655
28. Ação Revisional de Cheque Especial	672
29. Ação Revisional - Contestação - Conta Corrente - Abertura de Crédito	684
30. <i>Leasing</i> - Ação Revisional de Contrato c/c Consignação Incidental com Pedido de Tutela Antecipada	691
31. Ação Revisional Arrendamento Mercantil (<i>Leasing</i>)	722
32. Ação Revisional de Contrato de Financiamento c/c Pedido de Liminar e Consignação em Pagamento	727
33. Saque Indevido - Ação de Restituição	744
34. Embargos à Execução	746

35. Embargos Declaratórios (1ª Instância) Constitutiva Negativa de Nulidade de Cédulas de Crédito Rural	793
36. Embargos Declaratório (2ª Instância)	795
37. Impugnação à Contestação de Ação Revisional	800
38. Agravo ao STJ Contra Decisão que Negou Recurso Especial e Extraordinário	815
39. Agravo ao STF Contra Decisão que Negou Recurso Especial e Extraordinário	850

CAPÍTULO 14. LEGISLAÇÃO BANCÁRIA

1. Decreto-Lei nº 167 de 14/02/1967	863
2. Decreto-Lei nº 413 de 9 de Janeiro de 1969	885
3. Lei nº 492, de 30 de Setembro de 1937	902
4. Lei nº 8.929, de 22 de Agosto de 1994	914
5. Lei nº 4595 de 31 de Dezembro de 1964 (Sistema Financeiro Nacional)	919
6. Lei nº 7.357 de 2 de Setembro de 1985	942
7. Lei nº 9.514 de 20 de Novembro de 1997 (Lei de Alienação Fiduciária)	958
8. Resolução nº 3.694, de 26 de Março de 2009 (Resoluções do BACEN)	975
9. Resolução nº 3.844, de 23 de Março de 2010	978
10. Regulamento Anexo I à Resolução nº 3.844, de 23 de Março de 2010 ..	981
11. Regulamento Anexo II à Resolução nº 3.844, de 23 de Março de 2010 ..	982
12. Regulamento Anexo III à Resolução nº 3.844, de 23 de Março de 2010	987
13. Regulamento Anexo IV à Resolução nº 3.844, de 23 de Março de 2010	989
14. Regulamento Anexo V à Resolução nº 3.844, de 23 de Março de 2010	990

15. Resolução nº 3.854, de 27 de Maio de 2010	991
16. Resolução nº 3.846 de 25 de Março de 2010	995
17. Resolução nº 3.864, de 7 de Junho de 2010	996
18. Resolução nº 3.972 de 28 de Abril de 2011	997
19. Resolução nº 3.973 de 26 de Maio de 2011	1003
20. Resolução nº 3.974 de 27 de Maio de 2011	1004
21. Resolução nº 3.976 de 27 de Maio de 2011	1005
22. Resolução nº 3.977 de 31 de Maio de 2011	1006
23. Resolução nº 3.978 de 31 de Maio de 2011	1011
24. Resolução nº 3.979 de 31 de maio de 2011	1014
25. Resolução nº 3.980 de 31 de maio de 2011	1033
26. Resolução nº 3.981 de 1º de junho de 2011	1034
27. Resolução nº 3.995, de 28 de julho de 2011	1035
28. Resolução nº 4.143, de 27 de Setembro de 2012	1036
29. Resolução nº 4.198, de 15 de Março de 2013	1037
30. Resolução nº 4.197, de 15 de Março de 2013	1038
31. Resolução nº 4.196, de 15 de Março de 2013	1039
32. Resolução nº 4.240, de 28 de Junho de 2013	1042
33. Resolução nº 4.271, de 30 de Setembro de 2013	1043
34. Resolução nº 4.292, de 20 de Dezembro de 2013	1045
Referências Bibliográficas	1051